penafielverde
EEM

RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012

Índice

Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2012

Mensagem do Conselho de Administração 3
Empresa 8
Regulamentos internos e externos 9
Modelo de Gestão 12
Relatório Técnico 16
- Capitulo I – Gestão Operacional 16
  - 1- Água
    - 1.1 – Expediente Administrativo 16
    - 1.2 – Serviços Técnicos Operacionais 22
  - 2 – Saneamento
    - 2.1 - Expediente Administrativo 28
    - 2.2 – Gestão Operacional 29
  - 3 – Controlo da Qualidade
    - 3.1 - Qualidade de Água da rede pública 34
    - 3.2 – Tratamento de Aguas Residuais 35
- Capitulo II – Construção de Infraestruturas
  - 1 – Abastecimento de Agua 35
  - 2 – Redes de Saneamento 35
- Capitulo III – Comunicação 37
- Capitulo IV – Rio e Ribeiras 37
- Capitulo V – Outras Atividades 41
- Relatório Social 42
- Demonstrações Financeiras 45
- Certificação Legal de Contas 72

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei e nos Estatutos Sociais, submetemos à apreciação do acionista e terceiros, o relatório e contas relativos ao exercício de 2012.

Este documento tem como objetivo evidenciar a atividade desenvolvida ao longo do ano de 2012, no que respeita à execução, gestão e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, pondo em evidência os resultados e as ações consideradas mais relevantes.

A estratégia de gestão pautou-se por um grande rigor e contemplou todos os distintos aspetos de uma forma global e integrada, numa perspetiva de sustentabilidade e de qualidade total, tal como se poderá comprovar através das informações constantes no presente relatório.

A Penafiel Verde, EEM, atenta à satisfação das necessidades e expectativas da população, desenvolveu a sua atividade em 2012, de forma a proporcionar um abastecimento de água com qualidade, prestar um serviço de saneamento generalizado com acrescida eficácia contribuindo, assim, para a preservação do ambiente.

Estas medidas só foram possíveis com a mudança da cultura organizacional da empresa, ao nível da gestão dos recursos humanos, pois entendemos que as pessoas são a principal fonte de vantagem competitiva da organização, sendo importante possibilitar-lhes a liberdade e motivação necessária para que possam contribuir para a boa eficiência dos processos em que participam.

No campo da formação profissional, a missão foi desenvolver as competências das pessoas, atendendo à exigência e à mudança que todos os dias somos confrontados.

De acordo com o seu objetivo primordial para o ano de 2012, de angariação de novos clientes, pretendeu fomentar-se a taxa de adesão aos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais tendo, para tal, sido definidas estratégias que visam, no seu conjunto, este grande objetivo.

Esta medida visou rentabilizar as obras executadas de expansão das redes de acordo com o Plano de Investimento garantindo a sustentabilidade económico-financeira da empresa.

Assim, no último ano, o número de clientes aumentou em **2.06%** e **15.28%** para a água e saneamento respetivamente, perfazendo um total geral de 20.362 clientes no final de 2012 com ligação ao sistema público de distribuição de água e 11.647 utilizadores da rede de saneamento.

De entre as estratégias delineadas, saliente-se a sensibilização da comunidade local para a necessidade de estabelecimento das ligações às redes públicas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, através de, nomeadamente:

- Contacto direto com os clientes ou potenciais clientes;
- Tarifários confortáveis aos novos clientes das redes de saneamento, isentado o pagamento dos encargos de ramal até 20 metros para as habitações unifamiliares;
- Análises gratuitas das águas de origens próprias aos munícipes com sensibilização das vantagens da utilização da água da rede pública.

Para tal, a empresa municipal contou com a colaboração dos presidentes de juntas de freguesia e trabalhadores da empresa.

Assim, várias foram as ações de sensibilização efetuadas, em coordenação com as Juntas de Freguesia, incutindo na população local a importância da adesão aos sistemas públicos de abastecimento de água e de drenagem de águas

residuais, elencando os benefícios do foro ambiental, com o efetivo controlo da qualidade da água que consomem, ou ainda o correto encaminhamento das águas residuais que produzem, situação à qual não raro estavam associadas ocorrências de insalubridade.

Os resultados obtidos pela empresa no exercício de 2012, situaram-se dentro das expectativas previstas.

Ao nível de Resultados Líquidos e Capitais Próprios os valores foram os seguintes:

Designação	2012
Resultados Líquidos	56.769,25 €
Capital Social	6.000.000,00 €
Capital Próprio	11.771.199,89 €
Total do Ativo	20.762.676,20 €

A nível de rendimentos os valores foram os seguintes:

Designação	2012	2011	Variação
Rendimentos	6.408.211,22	6.042.197,42	6.06%

FATOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCICIO

Não ocorreram fatos que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

Apesar dos condicionalismos impostos pela situação económico-financeira, quer nacionais, quer internacionais, esta administração tem como objetivo prosseguir

com os investimentos de criação de novas infraestruturas no sistema de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais que possibilitarão uma melhor qualidade de vida aos habitantes do concelho, bem como o desenvolvimento da região e, concomitantemente, resultarão num aumento das receitas da empresa, permitindo assim a sua sustentabilidade económico-financeira.

Neste contexto, esta Administração irá prosseguir o esforço de racionalização dos recursos disponíveis, a fim de atingir as metas de produtividade a que se tem proposto.

BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

Apresentam-se de seguida alguns rácios que permitem uma análise económico-financeira mais consistente:

Designação	2012	2011
Autonomia Financeira	56,69%	56,37%
Solvabilidade	130,92%	129,22%
Liquidez Geral	1,00	0,75

DIVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer divida à administração fiscal, nem à Segurança Social, nem à Caixa Geral de Aposentações, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Liquido do Exercício, que ascendeu a € 56.769,25 seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas Legais o montante de € 5.676,93

- Outras Reservas o montante de € 51.092,33

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos então concluir que, os objetivos definidos para 2012 foram alcançados, resultado dum aproveitamento total dos meios técnicos e logísticos disponibilizados a todo pessoal operacional. Esta articulação reverteu numa melhoria significativa, quer ao nível da qualidade do serviço prestado, quer ao nível da sua continuidade, cumprindo-se integralmente as regras de proteção de higiene e saúde ambiental.

Neste sentido expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes, Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento da nossa atividade.

Aos nossos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental ao crescimento sustentado da empresa no presente e futuro.

O Conselho de Administração

EMPRESA

A Penafiel Verde E.E.M. foi criada em 1 de Agosto de 2006, tendo como objeto a gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais no Município de Penafiel.

Depois de consolidado o arranque da sua atividade operacional, a Penafiel Verde E.E.M. tem norteado a sua ação com vista a alcançar as metas de gestão ambiciosas propostas pelo Município de Penafiel, sempre assentes na exigência e na eficácia.

De realçar que a Penafiel Verde E.E.M. tem ao seu dispor capacidades e competências que têm permitido elevados padrões de organização e cultura empresariais, os quais são visíveis na qualidade do serviço público prestado, justificando-se, por isso, o reconhecimento público e apreço pelo profissionalismo e empenho dos nossos colaboradores, fundamentais para atingir as metas a que nos propusemos.

Organograma da Empresa

REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A PENAFIEL VERDE EEM ESTÁ SUJEITA

REGULAMENTOS EXTERNOS

Regime jurídico do sector empresarial local - Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto

Aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.os 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro

Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei N.º 18/2008 de 29 de Janeiro

Estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos.

Lei N.º 58/2005 de 29 de Dezembro

Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva N.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Qualidade da Água para consumo Humano pelo Decreto – Lei N.º 306/2007 de 27 de Agosto

Este decreto regula nomeadamente o controlo da qualidade da água para o consumo Humano, a frequência de amostragem de acordo com a população servida, a comunicação dos incumprimentos de valores paramétricos e de outras situações que comportassem risco para a saúde humana.

Regime de utilização dos recursos hídricos – Decreto – Lei N.º 226-A/2007 de 31 de Maio

Regula a utilização dos recursos hídricos e respetivos títulos.

PEAASAR – Ministério do ambiente, do ordenamento do território e desenvolvimento regional

Define a estratégia para os sistemas de água e saneamento no período de 2007-2013

Regula a qualidade das águas brutas destinadas à produção de água e águas residuais – Decreto – Lei N.º 236/98 de 1 de Agosto

Estabelece normas e objetivos de qualidade coma a finalidade de proteger o meio aquático e melhor a qualidade das águas em função dos seus principais usos

Regula as metas temporais e os níveis de tratamento para os sistemas de drenagem pública de águas residuais que descarreguem no domínio hídrico – Decreto – Lei N.º 152/97 de 19 de Junho

Determina que cada Município deverá procurar a solução mais adequada de eficácia da aplicação de recursos e de proteção ambiental

REGULAMENTOS INTERNOS

Regulamento dos sistemas públicos prediais de distribuição de agua e drenagem de aguas residuais

Assegura o bom funcionamento global do sistema público de abastecimento de água e saneamento

Regulamento de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho na Exploração dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais

Tem por objetivo estabelecer um conjunto de prescrições que garantam a segurança, higiene e saúde dos trabalhadores da Penafiel Verde, EEM no exercício da sua atividade.

Regulamento da Avaliação de Desempenho dos Colaboradores da Penafiel Verde EEM

A Avaliação do Desempenho é um instrumento de desenvolvimento da estratégia da EDIA que tem como objetivo a melhoria dos resultados, ajudando os colaboradores a atingir níveis de desempenho elevados.

Regulamento de Gestão de Viaturas

O regulamento de gestão de viaturas define um conjunto de princípios que tem como objetivo a otimização da frota existente, a uniformização de critérios e a responsabilidade dos utilizadores das viaturas da Penafiel Verde EEM.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Este Plano contém, nomeadamente, os seguintes elementos:

Identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infrações conexas;

Com base na identificação dos riscos, identificação das medidas adotadas que previnam a sua ocorrência (por exemplo, mecanismos de controlo interno, segregação de funções, definição prévia de critérios gerais e abstratos, designadamente na concessão de benefícios públicos e no recurso a especialistas externos, nomeação de júris diferenciados para cada concurso, programação de ações de formação adequada, etc);

Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano sob a direção do órgão dirigente máximo;

Elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

Código de Ética e Conduta

Documento que estabelece os objetivos gerais de carácter ético que a Penafiel Verde, EEM pretende alcançar e prosseguir, interna e externamente, integrando um conjunto de princípios e regras de natureza ética que regem a atividade desta empresa. Constitui uma referência formal e institucional para a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores, tornando-se um padrão de relacionamento quer a nível interno quer a nível externo.

Modelo de Gestão

O modelo de gestão da Penafiel Verde, EEM tem como enquadramento os seus Estatutos, o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local - Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, bem como o Código das Sociedades Comerciais.

Não persistem dúvidas, nos dias de hoje, sobre a importância das empresas serem geridas por práticas corretas e transparentes, devendo para tal serem instituídos mecanismos de tomada de decisão, de divulgação de informação e de fiscalização dessas decisões adequados e conducentes a uma utilização eficiente dos recursos disponíveis. Com o atual modelo de gestão pretende-se contribuir para e implementação das boas práticas, procurando atingir elevados níveis de desempenho, conjuntamente com a adoção de estratégias consertadas de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental.

Assim, os órgãos de administração e de fiscalização estão ajustados à dimensão e complexidade da empresa. Essa estrutura social inclui os seguintes órgãos:

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração – Vitorino Pereira Ferreira
Administrador não Executivo - Alberto Clemente Melo Sousa
Administrador não Executivo – Adolfo Amílcar

Fiscal Único

Efetivo - Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda
Representado por - João Manuel Trigo de Morais
Suplente – Teresa Maria da Cunha Soares Martins

Indicadores Gerais

Freguesias:	38 (Concelho Penafiel)
População (Censos 2011):	72.258 Habitantes
Área Km^2:	212,3 Km^2
Densidade Populacional (hab/Km^2):	341 hab/Km^2
Taxa de cobertura de abastecimento de Água:	97 %
Taxa de cobertura de saneamento:	68 %
Numero total de clientes:	21.470
Volume total de água faturada:	1.807.750 m3
Capital social:	6.000.000,00 €
Nº Trabalhadores:	44

Indicadores Económico Financeiros

Volume de negócios:	6.068.442,79 €
Resultado líquido:	56.769,25 €
Total do Ativo:	20.762.676,20 €
Passivo:	8.991.476,31 €
Capital próprio:	11.771.199,89 €
Autonomia financeira:	56,69 %

Documentos de Prestação de Contas – Artigo 65 e 66 CSC e artº 9º dos Estatutos:

- Relatório do Conselho de Administração
- Relatório Técnico
- Relatório Social
- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Fluxos de Caixa
- Anexo

RELATÓRIO TÉCNICO

CAPÍTULO I - GESTÃO OPERACIONAL

1 – Abastecimento de Água

1.1 – Expediente Administrativo - Em Dezembro de 2012, o número de utilizadores da rede pública de abastecimento de água com contratos válidos situava-se nos **20.362**, representando um acréscimo de **2,06 %** relativamente a 2011. Verificamos no entanto que, após a consolidação da rede de distribuição em baixa com a ligação à freguesia de Canelas, durante os anos de 2005/2006 altura em que foram obtidos crescimento de clientes na ordem dos 10 %, estes incrementos atualmente rondam os 2 %. Este aumento dá-se, essencialmente, à custa das redes já executadas e ainda não utilizadas, assim como pequenas expansões pontualmente efetuadas. De salientar o facto de que a rede de distribuição disponível cobre já 97 % da população, encontrando-se efetivamente ligada apenas cerca de 75 %. De seguida apresentamos uma tabela elucidativa desta evolução temporal verificada na última década:

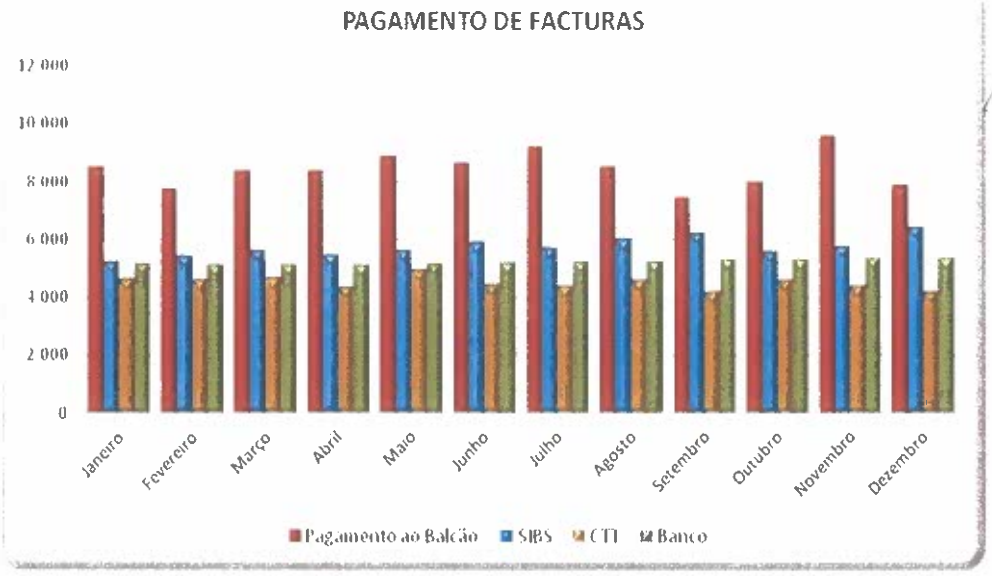
DATA	CLIENTES ÁGUA	CRESCIMENTO %								
31-12-2003	12.769	2003	2003	2003	2003	2003	2003	2003	2003	2003
31-12-2004	14.256	12%								
31-12-2005	15.448	8%	21%							
31-12-2006	17.027	10%		33%						
31-12-2007	17.599	3%			38%					
31-12-2008	18.121	3%				42%				
31-12-2009	18.877	4%					48%			
31-12-2010	19.546	4%						53%		
31-12-2011	19.951	2%							56%	
31-12-2012	20.362	2%								59%

Na sequência do normal funcionamento do serviço administrativo, relativamente ao abastecimento de água, apresentamos abaixo os indicadores considerados mais relevantes com referência ao ano anterior:

Designação	2011	2012	Dif. %
Contratos celebrados	997	1.010	1,30%
Desligações efetuadas	345	403	16,81%
Deslocações com ordem de corte	3.050	2.257	-26,00%
Cortes por falta de pagamento	728	736	1,10%
Restabelecimentos após corte	496	399	-19,56%
Inspeções de contadores de água	348	385	10,63%
Substituição de contadores por avaria	302	364	20,53%
Colocações de contadores em prédios coletivos	419	521	24,34%
Pedidos ramais ligação com contador em hab. unifamiliar	574	485	-15,51%
Mudança de local do contador	22	4	-81,82%

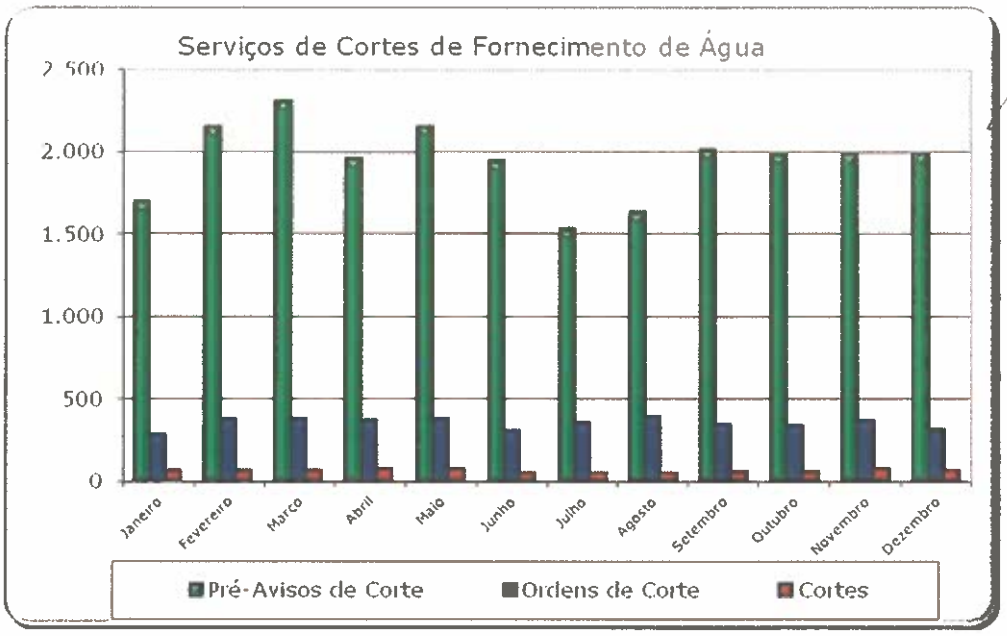
Salienta-se com alguma preocupação, ainda que com um ligeiro aumento, o significativo número de cortes efetuados por incumprimento do utilizador. Constatamos, ainda, uma ligeira diminuição no número de pedidos de ramal de ligação de água, que todavia apresentam um valor aceitável face aos rácios de cobertura (97%) e adesão (75%).

Relativamente ao pagamento das faturas mensais, verificamos que, cada vez mais, os utentes procedem ao pagamento direto aos balcões da Penafiel Verde, tendo atingido 35 % do total de pagamentos em 2012, quando em 2011 foram apenas 28 %. De referir que, após a data limite de pagamento indicada nas faturas, estas apenas podem ser regularizadas diretamente aos balcões da Penafiel Verde. Sendo este um comportamento variável durante o ano, apresentamos de seguida um gráfico onde se identificam as restantes modalidades de pagamento:

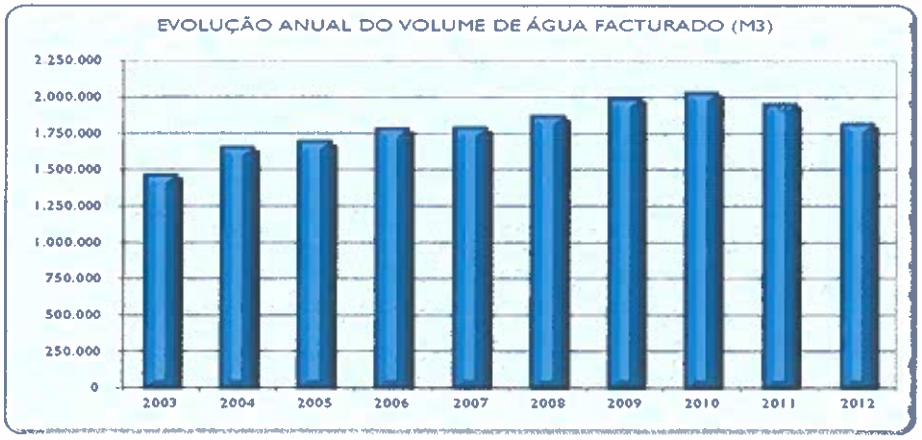


Das faturas emitidas mensalmente verificamos que terminado o prazo legal de pagamento, um número significativo (cerca de 10 %) fica ainda por liquidar. Para estes utentes, a Penafiel Verde passou em meados de 2012 um pré-aviso de suspensão em carta simples mas concedendo um período extra para regularização. Terminado este foi então emitido, em carta registada, o pré-aviso de suspensão no termos legais caso a regularização não ocorra até à data indicada. De salientar que, durante a operação de cortes grande parte dos utilizadores regularizam a sua situação ainda antes da efetivação do corte ou imediatamente após este se concretizar. É política desta empresa só em situações limites privar os seus utentes dos serviços, disponibilizando todos os meios para a sua regularização, nomeadamente o pagamento das faturas em atraso em prestações.

De seguida, apresentamos a evolução mensal do número de pré-avisos de suspensão, ordens de corte, assim como os cortes efetivamente realizados, na qual sobressai a reação dos utilizadores às notificações enviadas.



Volumes Faturados - Relativamente ao ano de 2012, o total do volume de água faturado foi de ***1.807.750 m3***, representando um decréscimo relativamente a 2011 de 7,22 ***%.*** Tal facto deve-se, em parte, ao agravamento das condições económicas do País, transportada para as famílias no seu dia-a-dia provocando uma maior sensibilização/racionalização por parte dos utilizadores para o uso eficiente da água. No gráfico seguinte, apresentamos a evolução dos volumes de água faturados na última década, no qual se percebe o seu decréscimo a partir do ano 2010, embora o número de utentes tenha para este período aumentado cerca de 2 %.



Tendo em conta que os volumes de água faturados se distribuem de forma diferenciada por tipo de utilizador e por escalão, ilustramos no quadro seguinte esta distribuição.

De salientar o facto de o volume de água utilizado nos serviços doméstico ser predominante no total do volume de água distribuído.

FACTURAÇÃ DE ÁGUA POR ESCALÃO E POR TIPO DE UTILIZADOR			
Domésticos		**Estado e Pessoas Coletivas**	
1° Escalão 0 a 5 m3	37,13%	Escalão único	5,32%
2° Escalão 6 a 10 m3	29,09%	**Totais**	**5,32%**
3° Escalão 11a 25 m3	4,30%	**Instituições Privadas**	
4° Escalão mais de 25 m3	2,18%	Escalão único	2,36%
Totais	**72,70%**	**Totais**	**2,36%**
		Provisórios	
Comércio/Serviços		Escalão único	0,90%
1° Escalão 0 a 50 m3	6,78%	**Totais**	**0,90%**
2° Escalão mais de 50 m3	2,20%	**Juntas de Freguesia**	
Totais	**8,98%**	Escalão único	2,41%
Industriais		**Totais**	**2,41%**
1° Escalão 0 a 50 m3	0,61%	**Câmara e Empresas Municipais**	
2° Escalão mais de 50 m3	0,24%	Escalão único	6,48%
Totais	**0,85%**	**Totais**	**6,48%**

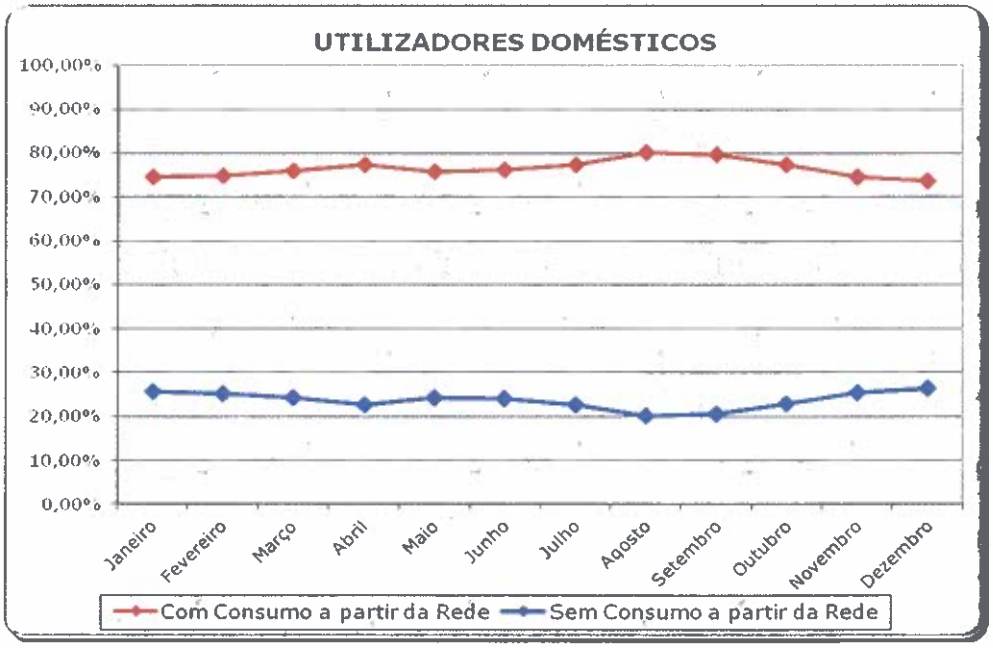
Refira-se que o 1.º e 2.º escalões dos utilizadores domésticos absorveram 66,22% do volume total faturado e, no global, atingiu os 72,70 %, mas representou apenas 58,13 % da receita da venda de água.

Na tabela seguinte apresentamos o peso dos vários tipos de utilizadores relativamente ao número total de clientes, volume faturado e receita direta da venda de água.

Tipo de Utilização	Peso no Total		
	Clientes	Volume faturado (m3)	Receita
Domestico	86,40%	72,70%	58,13%
Comercio	7,98%	8,98%	19,05%
Industria	0,50%	0,85%	1,84%
Estado	0,20%	5,32%	9,76%
Instituições	0,77%	2,36%	2,27%
Provisórios	2,61%	0,90%	4,30%
Juntas de Freguesia	0,46%	2,41%	1,60%
Município	1,08%	6,48%	3,03%

Relativamente aos utilizadores domésticos ligados à rede de abastecimento de água, continuamos a verificar um número significativo de utentes sem qualquer consumo a partir da rede. A razão aponta para a utilização de sistemas particulares, nomeadamente poços ou minas, uma vez que o recurso à rede pública aumenta durante o Verão, época em que as origens particulares escasseiam.

Como consequência direta, temos uma percentagem que varia entre os **20%** e os ***26%*** para o Verão e Inverno respetivamente de utentes sem qualquer consumo.

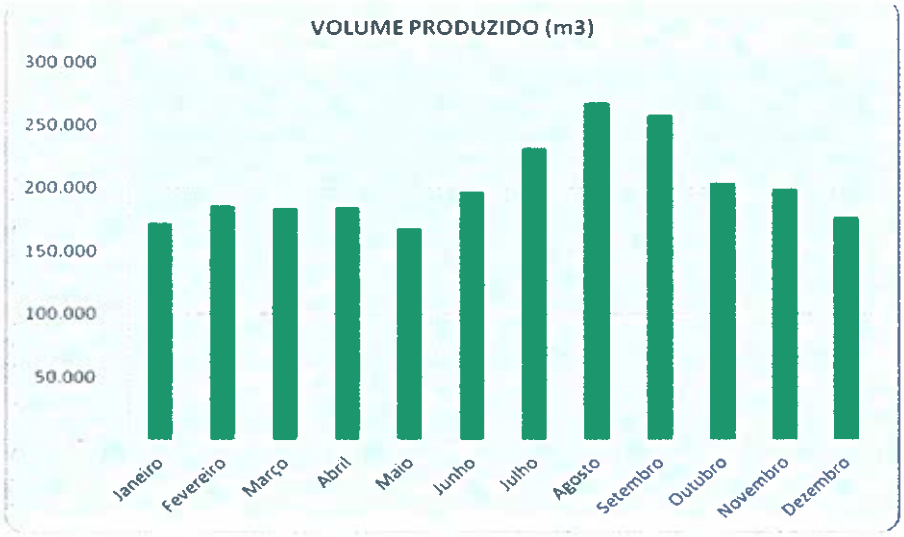


1.2 – Serviços Técnicos Operacionais

Em 2012, a Penafiel Verde deu continuidade ao processo de mudança gradual da postura de gestão dos sistemas, caracterizada por volumes excessivos de trabalhos de manutenção corretiva, sem qualquer possibilidade de planeamento, apostando fortemente na realização de trabalhos de manutenção preventiva, atempadamente planeados em função dos recursos disponíveis, sem pôr em risco a continuidade de serviço.
Numa conjuntura exigente, enquadrada com as diretivas da Administração e com o espírito de procura da melhoria constante nas ações desenvolvidas por todos os seus colaboradores, estes serviços procederam ao aperfeiçoamento e racionalização dos seus recursos, pretendendo, dessa forma, melhorar a eficiência e a eficácia dos serviços prestados.

A Penafiel Verde continua a promover a implementação dum conjunto de ações internas, no sentido de controlar e reduzir as perdas de água, tais como: renovação de redes com mais ruturas; gestão das pressões de serviço na rede de distribuição; renovação e instalação de medidores de caudal definindo as zonas de medição e controlo (ZMC), tão pequenas quanto técnica e economicamente possível, com ligação ao sistema de telegestão para monitorização *on-line* dos caudais captados e distribuídos, permitindo uma aferição mais regular sobre os desvios verificados entre os volumes distribuídos e os faturados.
Assim, e tendo em conta o volume total faturado de ***1.807.750 m3***, já anteriormente demonstrado e o volume total produzido de ***2.425.350 m3*** a seguir representado, obtemos para o ano de 2012 um total de **25,46 %** para as perdas comerciais.

A evolução anual dos volumes produzidos a partir da captação de Entre-Os-Rios tem uma distribuição muito diferenciada ao longo dos meses do ano, tal facto é devidamente representado no gráfico seguinte:



Os consumos diretos da Penafiel Verde nas suas instalações ascendem a 6.996 m3 distribuídos pelas seguintes instalações:

INSTALAÇÃO	VOLUME (M3)
Etar de Rio Mau	1.076
Etar de Galegos	45
Etar de Rio de Moinhos	123
Etar Termas S. Vicente	1.256
Etar de Irivo	35
Etar de Urrô	165
Etar de Paço de Sousa	3.370
Etar de Sebolido	56
Etar de Castelões	234
Etar de Milhundos	365
Elevatória AR Santiago	86
Edifício Sede	185
TOTAL	**6.996**

Assim, temos as perdas reais de 2012 em 25,18 % resultando num ligeiro agravamento relativamente ao ano anterior. Contribuíram de forma significativa

para este resultado, o facto do volume de água faturado em 2012 ter um decréscimo de 7,22 % relativamente a 2011, uma vez que as perdas fixas têm um peso significativo no resultado global.
Nestas perdas está incluído todo o gasto de água no combate a incêndios pelo serviço de bombeiros entre outros.

1.2.1 – Gestão dos Equipamentos Eletromecânicos – Esta equipa é constituída por três colaboradores, servidos por uma viatura devidamente equipada. Tem como principal função garantir o funcionamento de todos os equipamentos instalados nas diversas centrais elevatórias de água e de saneamento, quer no âmbito do plano de manutenção preventiva implementado, quer das ações de urgência resultantes de avarias, quer em ruturas que interferem com reservatórios ou centrais. São efetuadas por esta equipa as pequenas reparações, nomeadamente a substituição de peças de desgaste dos vários equipamentos. Durante o ano 2012 foram solicitadas 82 intervenções corretivas para os equipamentos dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, resultando num tempo médio de intervenção de cerca de 2 horas, o que representa uma redução de cerca de 20 % relativamente ano anterior. Recorda-se que o número total de instalações com equipamento eletromecânico é de 70, das quais 28 pertencem ao sistema de abastecimento de água e 42 ao de saneamento.
Além disso, este serviço tem em curso o processo de reformulação do sistema de telegestão que visa o aumento da fiabilidade das instalações já em funcionamento e o alargamento a instalações atualmente fora do sistema de telegestão, o que contribuirá de forma significativa para a racionalização do consumo de energia elétrica e controlo de perdas de água. É, ainda, da sua responsabilidade garantir o funcionamento dos equipamentos que compõem os sistemas de tratamento de água, incluindo a realização de testes regulares do teor de desinfetante residual no cumprimento do estabelecido no plano de controlo operacional e PCQA (Plano de Controlo da Qualidade de Água) aprovado pela entidade reguladora ERSAR.

1.2.2 – Execução de Ramais de Ligação Domiciliários – Esta equipa constituída em média por três colaboradores com uma viatura equipada com os materiais e ferramentas necessários, assegura a execução dos ramais requisitados diariamente, num prazo médio de cinco dias úteis, sempre que estes se encontram em locais servidos pela rede pública de abastecimento de água.

Durante o ano 2012 foram executados por administração direta 448 ramais, perfazendo um total de 5.050 metros de extensão.

MÊS	N.º RAMAIS 2012	N.º RAMAIS 2011	METROS DE RAMAL 2012	METROS DE RAMAL 2011
Janeiro	34	45	280	302
Fevereiro	35	59	360	515
Março	42	51	270	575
Abril	39	35	220	423
Maio	43	45	430	613
Junho	38	27	360	407
Julho	28	36	130	250
Agosto	31	61	1.620	660
Setembro	29	65	200	486
Outubro	51	43	560	479
Novembro	47	44	450	259
Dezembro	31	30	170	68
TOTAL	448	541	5.050	5.035
Crescimento	-17,19%		0,30%	

1.2.3 – Renovações, Pequenas Expansões das redes de Abastecimento de Água, Ramais de Saneamento e Manutenções Diversas – Esta equipa é constituída regularmente por três colaboradores com uma viatura equipada com mini escavadora e todo o equipamento necessário à execução dos trabalhos de reparação de avarias - sempre que necessária a sua intervenção - renovação de redes e ramais de água e saneamento, designadamente:

REFORMULAÇÃO DE RAMAIS DE ÁGUA	
Mês	**Quantidade**
Janeiro	15
Fevereiro	2
Março	6
Abril	6
Maio	8
Junho	2
Julho	0
Agosto	23
Setembro	2
Outubro	12
Novembro	2
Dezembro	40
TOTAL	**118**

EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA		RENOVAÇÃO DA REDE DE ÁGUA	
Freguesia	**Extensão (m)**	**Freguesia**	**Extensão (m)**
Santa Marta	85	Fonte Arcada	42
Marecos	250	Penafiel	410
Eja	600	Rio de Moinhos	212
Rio de Moinhos	900	Guilhufe	250
Guilhufe	550	Marecos	70
Duas Igrejas	300		
Portela	200		
Penafiel	120		
Lagares	130		
Cabeça Santa	100		
TOTAL	**3.235**	**TOTAL**	**984**

Numa política de expansão e renovação das redes, com vista à disponibilidade a novos utentes, redução de avarias e consequentemente a redução de perdas no sistema de distribuição de água, foram efetuados os seguintes trabalhos:

RAMAIS DE SANEAMENTO		EXPANSÕES DE SANEAMENTO	
Mês	**Quantidade**	**Mês**	**Extensão (m)**
Janeiro	2	Paredes	200
Fevereiro	8	Paço de Sousa	294
Março	6	Galegos	85
Abril	18	S. Mamede Recesinhos	96
Maio	6	Croca	168
Junho	1	Portela	156
Julho	3	Penafiel	226
Agosto	2	Cabeça Santa	318
Setembro	2		
Outubro	3		
Novembro	8		
Dezembro	3		
TOTAL	**62**	**TOTAL**	**1.543**

Relativamente ao saneamento, quantificamos os ramais executados por administração direta, assim como pequenas expansões efetuadas:

1.2.4 – Manutenção do Parque de Contadores – Equipa constituída por um colaborador, excecionalmente por dois, executa todos os trabalhos de instalação, inspeção e substituição de contadores, os cortes de abastecimento de água, restabelecimentos e desligações, tendo atingido em 2012 os seguintes valores:

Designação da Operação	2012	2011
Inspeção de Contadores	385	348
Substituição de Contadores por Avaria	364	302
Deslocações com Ordem de Corte	2257	3050
Cortes	736	728
Restabelecimentos	399	496

1.2.5 – Exploração do Centro de Telegestão – Este serviço funciona com base numa equipa constituída por cinco colaboradores, em regime de turnos com funcionamento permanente, tendo como principais atividades:

- Supervisão e controlo dos sistemas de abastecimento, tratamento e distribuição de água potável;
- Supervisão direta dos sistemas de tratamento de águas residuais, designadamente as etars de Paço de Sousa e Termas de S. Vicente;
- Registo e análise crítica de todos os dados do sistema de acordo com modelos previamente definidos, de modo a identificar rapidamente qualquer situação anómala, nomeadamente caudais noturnos elevados lidos nos pontos de distribuição influenciados por fugas existentes nas redes de distribuição;
- Gestão de avarias, através do acompanhamento das equipas de piquete no terreno, prestando-lhes toda a informação útil disponível no centro de telegestão;
- Receção das leituras dos contadores fornecidas pelos utilizadores do sistema;
- Gestão do armazém.

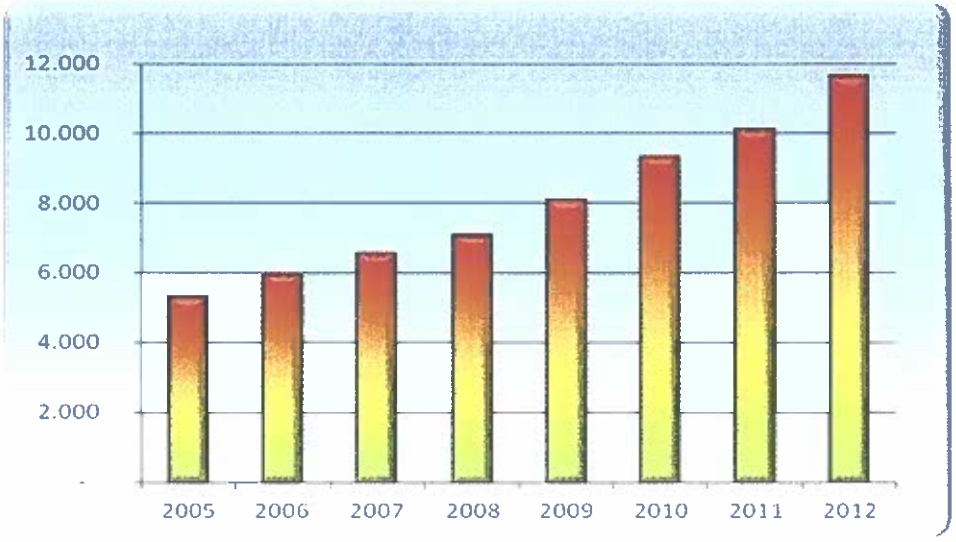
1.2.6 – Piquete/Prevenção - Este serviço tem como principal objetivo garantir o funcionamento permanente dos sistemas de abastecimento de água e saneamento aos seus utilizadores, funcionando em regime de prevenção fora do horário normal de trabalho. Esta equipa é composta por três colaboradores (dois canalizadores e um eletromecânico) em regime de rotação semanal, coordenados por um encarregado, com os meios técnicos necessários disponíveis que comparecem, num curto espaço de tempo, em qualquer ponto do concelho para realizar todas as intervenções necessárias ao restabelecimento do normal funcionamento dos referidos sistemas.

Assim, durante o ano de 2012, no âmbito deste serviço, foram reparadas 642 avarias em condutas de água e 128 em coletores de saneamento, com um tempo médio de 3 horas por intervenção.

2 – Saneamento de Águas Residuais

2.1 – Expediente Administrativo - Em Dezembro de 2012, o número de utilizadores da rede pública de saneamento situava-se nos **11.647**, representando um acréscimo de **15,28 %** relativamente a 2011. Recorde-se que, embora o crescimento anual verificado nos últimos anos se situe em média acima dos 10 %, foi em 2012 que este teve maior expressão. Para estes resultados contribuíram, necessariamente, os investimentos recentes na execução em redes de drenagem e respetivos sistemas de tratamento. Seguidamente apresentamos graficamente e em tabela, a evolução do número de utentes do serviço nos últimos 8 anos:

DATA	CLIENTES SANEAMENTO	CRESCIMENTO %						
31-12-2005	5.289	2005	2005	2005	2005	2005	2005	2005
31-12-2006	5.975	12,97%						
31-12-2007	6.560	9,79%	24,03%					
31-12-2008	7.072	7,80%		33,71%				
31-12-2009	8.087	14,35%			52,90%			
31-12-2010	9.342	15,52%				76,63%		
31-12-2011	10.103	8,15%					91,02%	
31-12-2012	11.647	15,28%						120,21%



No que diz respeito aos utilizadores da rede pública de saneamento ligados à rede distribuição de água, foram faturados **1.016.299 m3** relativos às águas residuais, resultando um acréscimo de **8.03 %** relativamente a 2011.

2.2 – Gestão Operacional – O funcionamento do sistema de recolha e tratamento de águas residuais assenta em duas vertentes:

- Sistema móvel – Recolha das água residuais em locais ainda não servidos pelas redes fixas de drenagem, e transporte para a Etar mais próxima para o devido tratamento, tendo em conta que, tal como estabelecido no ponto 6.1 da Recomendação n.º 1/2007, emitida pelo ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), todos alojamentos não servidos por redes fixas de drenagem de águas residuais, têm direito à recolha destas águas através de meios móveis, pagando a correspondente prestação desse serviço público.
- Sistema fixo – Redes de drenagem, estações elevatórias e respetivas etars, cujo funcionamento é garantido diariamente por uma equipa de dois a três colaboradores, equipados com uma viatura dotada dos meios técnicos adequados que, com o apoio permanente da central de

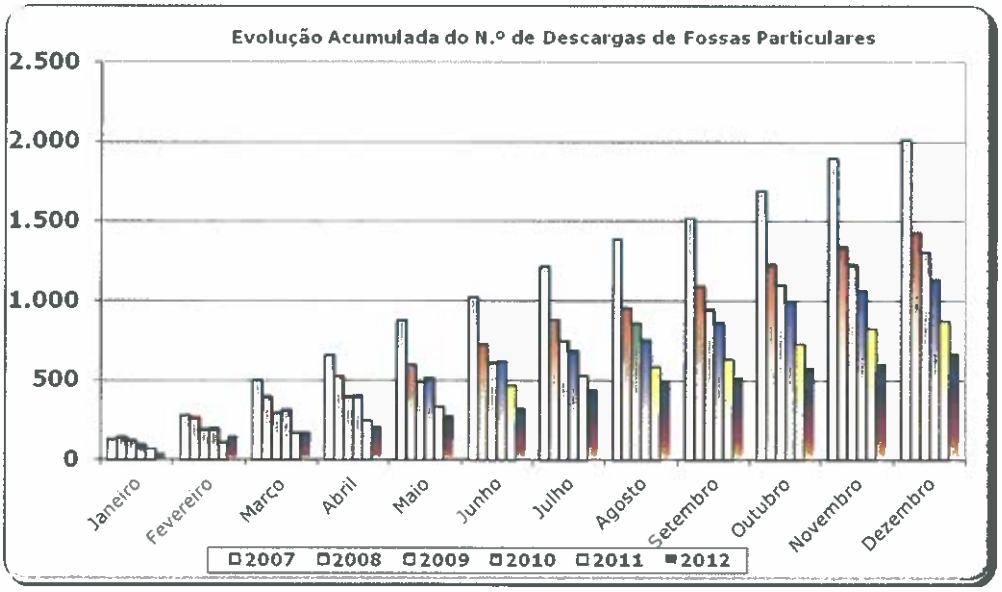
telegestão e serviço de piquete/prevenção, garantem o funcionamento destas infraestruturas no respeito das imposições legais, designadamente as licenças de descarga emitidas Administração da Região Hidrográfica do Norte IP.

2.2.1 – Descarga de Fossas e Desobstrução de Coletores

2.2.1.1 – Descarga de Fossas Particulares - Esta função é desempenhada por uma equipa composta por dois colaboradores, equipados com um camião devidamente apetrechado com capacidade de transporte de 10 m3, sendo que, pontualmente, para os locais de impossibilidade de acesso desta viatura recorremos externamente ao aluguer dum trator.

Neste âmbito, durante o ano de 2012, foram atendidos por estes serviços 314 pedidos num total de 674 descargas de fossas particulares, resultando numa redução de cerca de 31 % e de 22 % para os pedidos e número de descargas respetivamente em relação aos números de 2011.

Tal como vem acontecendo nos últimos anos, enquanto a adesão às redes fixas aumenta, as recolhas com o sistema móvel diminui.



Do número de descargas efetuadas resulta um volume total recolhido de 2.022 m3 de águas residuais transportadas para tratamento adequado em Etar, evitando, assim, o impacto negativo em termos ambientais da descarga destas águas diretamente no solo.

2.2.1.2 – Descarga de fossas públicas e desobstrução de coletores – No que diz respeito à descarga das fossas dos sistemas públicos (loteamentos, escolas, edifícios coletivos que estabeleceram protocolo com a Penafiel Verde, etc.), foram efetuadas 5.303 a que corresponde um volume total de cerca de 15.909 m3 de águas residuais transportadas para as etars de Paredes/Penafiel, Paço de Sousa e Termas de S. Vicente para tratamento adequado.
No que concerne à desobstrução de coletores, quer no aspeto da manutenção corretiva, quer no da manutenção preventiva, foram efetuadas diretamente com os meios da empresa 277 deslocações num total de 415 horas de trabalho.

2.2.2 – Explorações das Estações de Tratamento de Águas Residuais Etars – O tratamento das águas residuais do concelho assenta no funcionamento das etars de Paredes/Penafiel, Paço de Sousa sob gestão da SIMDOURO, embora na última a exploração seja efetuada pela Penafiel Verde no âmbito dum contrato de prestação de serviços. Tendo em conta o forte investimento na zona central da bacia do rio Cavalum, nomeadamente nas freguesias de Rans, Galegos e Irivo, cujo tratamento era assegurado pelas pequenas etars de Galegos, Irivo Lajes e Galharda, a Penafiel Verde celebrou em Julho de 2012 um Protocolo com a Unidade Industrial IRIVO TEXTIL para tratamento das águas residuais na sua etar até à entrada em funcionamento do emissário do rio Cavalum. Na parte restante do concelho, o tratamento é assegurado pelas etars de Termas de S. Vicente, Milhundos, Abragão, Castelões, Canelas, Rio Mau, Urrô e Rio de Moinhos nas quais foram realizadas as operações de manutenção necessárias para garantir o seu normal funcionamento. Nestas etars foram tratados os volumes correspondentes à drenagem dos aglomerados populacionais onde se inserem, bem como o transporte do serviço móvel nos casos de Paredes/Penafiel, Paço de Sousa e Termas de S. Vicente, volumes que representamos no quadro seguinte:

Volume tratado (m3)	
Etar	**2012**
Paredes/Penafiel	599.706
Milhundos	154.164
Paço Sousa	94.744
Termas S. Vicente	136.041
Castelões	30.910
Abragão	28.656
Rio de Moinhos	15.224
Irivo Lajes (*)	6.002
Rio Mau	37.939
Galegos (*)	9.359
Irivo Galharda (*)	6.284
Urrô	6.003
Canelas	2.247
Irivo Têxtil	27.206
Total	**1.127.279**

(*) Estas etars foram desativadas em Julho de 2012 no âmbito do protocolo celebrado com a IRIVO TÊXTIL.

Obtivemos, então, um volume total contabilizado à entrada das etars para tratamento de 1.127.279 m3 durante o ano de 2012. O volume total faturado no mesmo período, quer efetivamente medido, quer estimado em função do volume de água fornecida foi de 1.016.299 m3, resultando num desvio de aproximadamente **9.8 %**, contribuindo para tal algumas ligações pluviais, quer no sistema público, quer nas redes prediais.

2.2.3 – Inspeção e Ensaio das Redes Públicas e Prediais de Saneamento

Os custos de exploração dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais são diretamente proporcionais aos volumes de águas a transportar/tratar contribuindo significativamente para o agravamento dos custos as ligações indevidas das águas pluviais. Atenta a este problema, a Penafiel Verde criou uma equipa composta por dois colaboradores, devidamente equipada, para fiscalização de todas as ligações prediais ao sistema público de saneamento. Foram efetuadas durante o ano 2012 um total de 563 vistorias que resumidamente apresentamos de seguida:

Freguesia	Vistorias	Águas Pluviais indevidamente ligadas
Duas Igrejas	28	5
Paço de Sousa	33	3
Guilhufe	346	54
Marecos	40	2
Penafiel	45	6
Irivo	64	5
Rans	7	0
Total	563	75

De salientar o facto de que no total das vistorias já efetuadas, cerca de 13 % tinham águas pluviais ligadas ao saneamento. Perante estes resultados, está, atualmente, a Penafiel Verde fortemente empenhada não só na sua continuação, mas também na intensificação destas inspeções, aumentando assim a eficácia do funcionamento dos sistemas referidos.

3 – Controlo da Qualidade

3.1 – Qualidade da Água da Rede Pública - O fornecimento de água de boa qualidade aos consumidores é uma preocupação constante da Penafiel Verde. Para assegurar a salubridade e limpeza da água fornecida, o sistema de abastecimento é sujeito a um plano de monitorização e controlo da qualidade em toda a sua extensão, desde os recursos hídricos utilizados até ao ponto de entrega ao consumidor.

Pretende-se com esta metodologia comprovar o nível de qualidade da água relativamente ao que se encontra disposto na legislação em vigor e assim detetar, em tempo útil, eventuais anomalias de carácter pontual ou sistemático, de modo a permitir a implementação de medidas preventivas eficazes.

A determinação do desinfetante residual (cloro) ao longo da rede de distribuição é controlada/acompanhada *on-line* a partir da central de telegestão, com registos em base de dados a cada 5 minutos. Para este fim, funciona eficazmente, um conjunto de equipamentos estrategicamente instalados ao longo da rede de distribuição.

A Penafiel Verde, desenvolve anualmente um Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) de acordo com a legislação aplicável - Decreto-Lei n.º306/2007 de 27 de Agosto. O PCQA para o ano de 2012 foi submetido à entidade reguladora (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR) tendo merecido aprovação.

As colheitas de amostras de água foram efetuadas de modo sistemático em 135 pontos de amostragem espalhados por toda a rede de abastecimento, e foram efetuadas 222 análises (180 CR1, 37 CR2 e 5 CI) totalizando 1.211 parâmetros físico-químicos, microbiológicos e biológicos analisados, tendo sido realizadas 100% das análises previstas no PCQA.

Em cumprimento do estipulado no mesmo Decreto-Lei, foram publicados trimestralmente os resultados das análises e disponibilizados em Newsletter e no site da empresa (www.penafielverde.pt).
Para a água bruta foi elaborado um plano de monitorização segundo o Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto.

3.2 – Tratamento de Águas Residuais - O tratamento das águas residuais foi efetuado no cumprimento ao estabelecido na legislação sobre a matéria, designadamente os Decreto-Lei n.º 152/97 de 19 de Junho, Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto e as respetivas licenças emitidas pela ARH Norte IP para cada uma das Etars, tendo sido analisados um total de 2094 parâmetros, dos quais 2035 se referem a águas residuais e 59 a lamas.

CAPITULO II - CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

1 – Abastecimento de Água – Durante o ano 2012 foram efetuadas um conjunto de pequenas expansões das redes de distribuição por administração direta, de acordo com a manifestação de adesão das populações num total de 3.235 metros de extensão.

2 – Redes de Saneamento – Neste âmbito, foram executadas em 2012 um conjunto de infraestruturas ao nível da rede de drenagem a seguir descriminadas, das quais algumas tinham já sido iniciadas em 2011 que continuaram a sua em execução durante o ano 2012 e 2013.
Apresentamos de seguida, um quadro com a identificação das referidas empreitadas:

Ref.ª	Empreitada
PO Norte	Rede de Saneamento na freguesia de Lagares
	Rede de Saneamento na freguesia de Galegos
PO Norte BM	Saneamento em Guilhufe, Tapado e Miradouro
	Rede de Saneamento na freguesia de Irivo
	Saneamento Lagares, Castelo, Igreja e Padrão
POVT Termas	Saneamento Bacia das Termas EN 106
POVT Douro	Etar Rio Mau
	Saneamento Sebolido
POVT Tâmega	Rede de Saneamento em Rio de Moinhos
	Rede de Saneamento em Abragão
DIVERSOS	Rio Cavalum - Reparações e Limpeza
	Saneamento Aveleda, Penafiel e Mastro, Guilhufe
	Saneamento Lugar de Guilhufe, Guilhufe
	Saneamento em Genas Marecos
	Ramais de Saneamento
	Renovação de Saneamento Praceta Alegria
	Marcações Rodoviárias na EN 108 e Rep. Diversas
	Reformulação Rede Saneamento na Cidade
	Pequenas Expansões da Rede de Saneamento
	Rede Saneamento em Canelas

Em resumo, foram diretamente investidos 1.656.639,75 € em execução de infraestruturas de saneamento, permitindo a disponibilidade deste serviço a um maior número de população, aumentando assim o número efetivo de utilizadores.

CAPITULO III - COMUNICAÇÃO

A Penafiel Verde mantem a sua Página Web acessível através do endereço www.penafielverde.pt.

Com uma aparência agradável e com uma navegação relativamente objetiva e simples, o *website* trouxe-nos a vantagem de comunicação direta com os cibernautas. Assim, a Penafiel Verde passou a ser acessível não só regionalmente, mas também internacionalmente e sem fronteiras, pois qualquer cidadão com uma ligação à Rede Global (Internet) poderá consultar, por exemplo, os preços praticados pela empresa, os contactos telefónicos e morada e, ainda, ler as mais recentes notícias sobre a empresa.

Outra das vantagens que esta modalidade apresenta é a interface para comunicação de leituras, avarias, sugestões e reclamações a que os nossos clientes têm acesso.

O *website* não é apenas mais um método de publicidade, mas sim uma ferramenta de cooperação e dinamismo para com os nossos clientes ou interessados na obtenção de informações sobre a empresa.

Assim, um novo aspeto gráfico foi desenvolvido, cumprindo as normas internacionais, e é objeto de atualizações permanentes de modo a disponibilizar toda a informação mais recente.

CAPITULO IV – RIOS E RIBEIRAS – Proteção dos Recursos Hídricos

O projeto de limpeza do rio Cavalum foi terminado no início de 2012, tendo sido intervencionados um total de 17 Km ao nível da limpeza das margens e, ainda, o desassoreamento e a recuperação dum talude em Marecos.

Procedeu-se também à limpeza de um troço da Ribeira de Camba, com aproximadamente 2,5 Km de extensão, que contemplou o arranjo e desobstrução da linha de água para montante e jusante do edifício das Termas de S. Vicente. Esta operação foi levada a cabo por um conjunto de beneficiários do rendimento social de inserção e do subsídio de desemprego, num total de 16 elementos.

Antes da intervenção

Durante a intervenção

Após a intervenção

Também no rio Sousa, em colaboramos com as juntas de freguesia de Santiago e Novelas para criação de um espaço renovado para pesca e lazer. O local anteriormente utilizado apenas por pescadores, e com condições de acessibilidade e utilização difíceis, passou então a dispor de um belo passeio pedonal, com aproximadamente 250 metros de extensão, que permite a toda a população desfrutar deste espaço agradável na margem do rio Sousa, numa conjugação harmoniosa entre homem e natureza.

De seguida apresentam-se fotos do estado inicial, do decorrer e final da intervenção:

As acessibilidades foram também pensadas e melhoradas de forma a garantir que todas as pessoas possam usufruir do espaço criado sem qualquer tipo de limitações.

Após esta intervenção, foi ainda levada a cabo uma outra a jusante do local anterior, na freguesia de Santiago de Subarrifana, que teve como objetivo a limpeza de um moinho para posterior restauração, bem como do troço de rio adjacente. Tudo isto numa extensão de aproximadamente 300 metros de margem e leito de rio intervencionados, conforme assinalado na imagem seguinte.

Estes projetos têm superado as melhores expectativas, tendo merecido um acompanhamento atento por toda a imprensa regional e nacional, com várias reportagens efetuadas até à atualidade.

CAPITULO V - OUTRAS ACTIVIDADES

No ano de 2012 continuou a ser praticada a vertente de educação ambiental da empresa, sempre numa perspetiva de enfatização da importância da recolha e tratamento das águas residuais no concelho, através da realização de visitas de estudo à ETAR das Termas de S. Vicente. Nestas, foram abordados o ciclo da água e a importância das Estações de Tratamento de Águas Residuais no mesmo, sendo depois feita uma descrição do processo de tratamento desta ETAR e a visita a cada uma das etapas do mesmo.

RELATÓRIO SOCIAL

A Penafiel Verde, dando continuidade à política de recursos humanos desenvolvida nos últimos anos, continua a desenvolver esforços no sentido de dotar os seus recursos humanos de mais e maior capacidade de resposta às suas necessidades, e de forma a conseguir um grau de satisfação cada vez maior dos seus clientes.

Neste contexto, a sua política de recursos humanos implementada, mantém um quadro de pessoal ajustado às solicitações das suas necessidades atuais, composto por:

Regime de Serviço	Colaboradores
Cedência de interesse público	20
Quadro da Penafiel Verde	20
Contratados a termo certo	4
Total	**44**

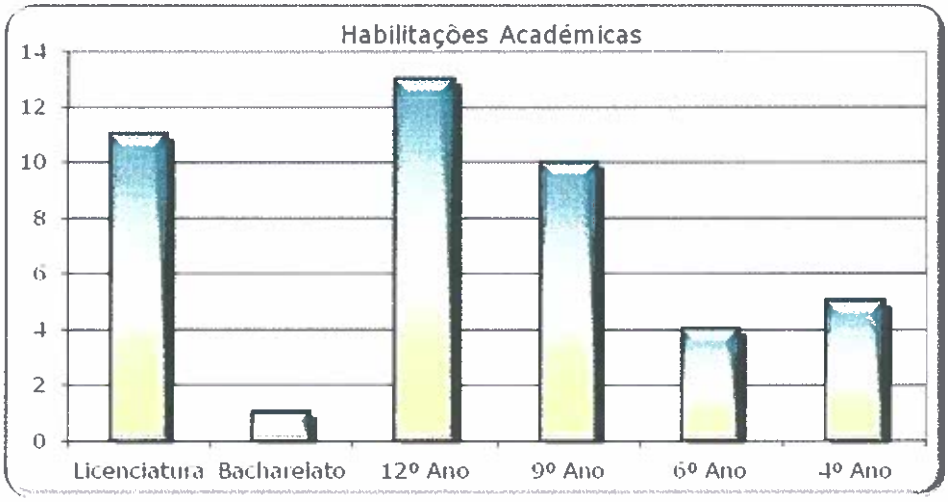
No que respeita à função profissional e grau académico temos o quadro de pessoal constituído:

Ano	Diretor de Serviços	Técnico Superior	Coordenador Técnico	Assistentes Técnicos	Encarregado Operacional	Assistente Operacional	Total de Colaboradores
2012	1	6	3	8	2	24	44

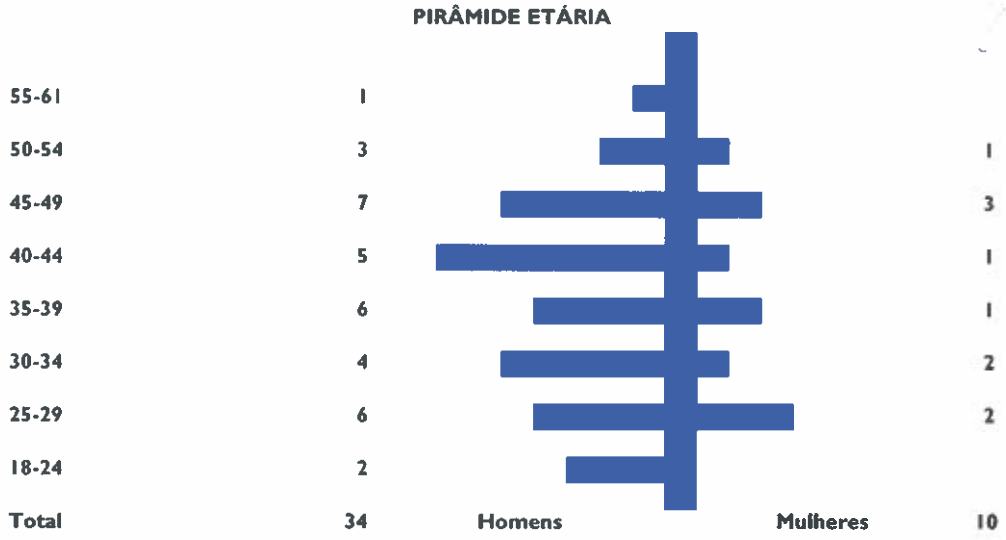
Ano	Licenciatura	Bacharelato	12º Ano	9º Ano	6º Ano	4º Ano	Total de Colaboradores
2012	11	1	13	10	4	5	44

A Penafiel Verde tem uma equipa de colaboradores altamente qualificados, uma vez que 25 % destes possuem formação académica superior.

Representação gráfica das habilitações académicas do quadro de pessoal:



A estrutura etária dos colaboradores da empresa em 2012, apresenta uma equipa jovem, a seguir apresentada sob forma de pirâmide:



Formação Profissional

A formação profissional continua a merecer uma atenção constante de forma a dotar os nossos colaboradores de capacidade de resposta aos novos desafios, contribuindo para uma equipa mais capaz e motivada. Assim as ações de formação aos colaboradores em geral foram:

Grupos de Trabalho	Número de Ações	Número de horas	Número Funcionários
Pessoal dirigente e de chefia	14	173	6
Pessoal técnico superior	10	157	4
Pessoal Operacional	2	70	13
Pessoal Administrativo	4	59	6
Total	30	459	29

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES

DOS

FLUXOS DE CAIXA

penafielverde
E.E.M

Penafiel Verde, E.E.M
Demonstração de Fluxos de Caixa
para o período findo em 31 de Dezembro de 2012

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2012	PERÍODOS 2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		5.987.563,44	5.528.454,22
Pagamentos a fornecedores		5 145 440,10	3 500 765,38
Pagamentos ao pessoal		811.505,83	761 627,47
Caixa gerada pelas operações		30.617,51	1.266.061,37
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		55.921,71	67.161,88
Outros recebimentos / pagamentos		-57 841,73	-144.693,70
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		**28.697,49**	**1.188.529,55**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		-4 320.984,41	-2 385 296,60
Activos intangíveis		-66 156,99	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-15 000,00
Outros activos		-3 040,05	-1 732.359,07
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		2.292.288,45	32.196,10
Juros e rendimentos similares		356,50	430,19
Dividendos		253,47	253,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-2 097.283,03	-4 099.775,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		2 871.599,88	30.000,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		76.851,95	3.387.416,76
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e custos similares		-269.297,50	-139 994,21
Dividendos		-76.851,95	-53 369,85
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-342.568,91	-54 764,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		**2.259.733,47**	**3.169.288,50**
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		**191.147,93**	**258.042,19**
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		341.222,66	83.180,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período		532.370,59	341.222,66
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		**191.147,93**	**258.042,19**

DEMONSTRAÇÃO

DE

RESULTADOS

POR NATUREZA

Penafiel Verde, EEM

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valor em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados		6.068.442,79	5.604.335,06
Subsídios à exploração		27.987,57	32.196,10
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		61.255,12	71.588,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-87.520,64	-75.703,50
Fornecimentos e serviços externos		-3.942.012,72	-3.909.455,72
Gastos com o pessoal		-811.505,83	-761.627,47
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		4.586,69	44.300,32
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		245.329,08	289.777,22
Outros gastos e perdas		-175.311,10	-253.128,60
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**1.391.250,96**	**1.042.282,13**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1.121.715,89	-884.058,74
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**269.535,07**	**158.223,39**
Juros e rendimentos similares obtidos		609,97	
Juros e gastos similares suportados		-269.297,50	-139.994,21
Resultado antes de impostos		**847,54**	**18.229,18**
Impostos Diferidos		57.500,91	69.076,27
Imposto sobre o rendimento do período		-1.579,20	-1.914,39
Resultado líquido do período		**56.769,25**	**85.391,06**

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração dos Resultados por Naturezas para o exercicio findo em 31 de Dezembro de 2012

DEMONSTRAÇÃO

DE

RESULTADOS

POR

FUNCÕES

Entidade: Penafiel Verde, EEM

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		6.068.442,79	5.604.335,06
Custo das vendas e dos serviços prestados		87.520,64	75.703,50
Resultado bruto		**5.980.922,15**	**5.528.631,56**
Outros rendimentos		339.768,43	437.862,36
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		6.050.545,54	5.808.270,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**270.145,04**	**158.223,39**
Gastos de financiamento líquidos		269.297,50	139.994,21
Resultados antes de impostos		**847,54**	**18.229,18**
Imposto sobre o rendimento do período		55.921,71	67.161,88
Resultado líquido do período		**56.769,25**	**85.391,06**

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa mãe			
Interesses minoritários			
		=	=
Resultado por acção básico			

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências do relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração dos Resultados por Funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

DEMONSTRAÇÃO DAS

ALTERAÇÕES

AO CAPITAL PRÓPRIO

Penafiel Verde E.E.M.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2011

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio + Balanço
			Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais 51	Outras Reservas 552	Resultados Transitados 56	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2011	6		[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]	[illegible]
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de nova referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas alterações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
	7		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8												[illegible]	[illegible]
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8												[illegible]	[illegible]
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições		[illegible]					[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]
Entradas para coberturas de perdas														
Outras operações		[illegible]							[illegible]			[illegible]		
	10		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	6 + 7 + 8 + 10		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Penafiel Verde E.E.M

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2012

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio + Balanço
			Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais 551	Outras Reservas 552	Resultados Transitados 56	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2012	6	51	[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]	[illegible]
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivos ajustamentos														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
	7		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8												[illegible]	[illegible]
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8												[illegible]	[illegible]
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições		551 552					[illegible]	[illegible]					[illegible]	[illegible]
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações		55							[illegible]			[illegible]		
	10		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
POSIÇÃO EM 31 DE DE 2012	6 + 7 + 8 + 10		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

TOC

A Administração

BALANÇO

Penafiel Verde, EEM
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Valor em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31-12-2012	DATAS 31-12-2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		14.033.475,65	10.832.407,51
Activos fixos Intangíveis		64.357,37	
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos		70.000,00	70.000,00
Investimentos em Curso		1.217.732,05	3.478.992,88
		15.385.565,07	**14.381.400,39**
Activo corrente			
Inventários		110.349,46	96.810,86
Clientes		559.290,32	473.824,28
Estado e outros entes públicos		89.516,50	46.310,87
Outras contas a receber		4.081.583,83	6.037.301,54
Diferimentos		4.000,43	10.668,07
Caixa e depósitos bancários		532.370,59	341.222,66
		5.377.111,13	**7.006.138,28**
Total do activo		**20.762.676,20**	**21.387.538,67**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		6.000.000,00	6.000.000,00
Reservas legais		18.193,23	9.654,12
Outras reservas		163.738,98	86.887,03
Resultados transitados		-131.369,23	-73.868,32
Outras variações no capital próprio		5.663.867,66	5.948.935,66
		11.714.430,64	11.971.608,49
Resultado líquido do período		56.769,25	85.391,06
Total do capital próprio		**11.771.199,89**	**12.056.999,55**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos		3.608.599,88	
Outras contas a pagar			
		3.608.599,88	
Passivo corrente			
Fornecedores		508.536,06	1.610.904,20
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		18.379,22	17.813,70
Financiamentos obtidos		1.213.000,00	1.950.000,00
Outras contas a pagar		3.642.961,15	5.751.821,22
Diferimentos			
		5.382.876,43	**9.330.539,12**
Total do passivo		**8.991.476,31**	**9.330.539,12**
Total do capital próprio e do passivo		**20.762.676,20**	**21.387.538,67**

As notas anexas fazem parte integrante do Balanço em 31 de Dezembro de 2012

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)

Penafiel Verde, Entidade Empresarial Local

Rua Abílio Miranda, 4560 -501 em Penafiel

A Penafiel Verde, EEM constituída em 2006, tem como atividades principais a Gestão e Exploração dos Sistemas Municipais de Abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais no Município de Penafiel.

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

a) **Ativos fixos tangíveis**
NCRF 7

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o inicio de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base anual/ duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 20
Equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	3 - 6
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 15

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando - se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.
As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) **Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

c) **Custos de empréstimos obtidos (NCRF 10)**

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

d) **Inventários e ativos biológicos (NCRF 18)**

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável liquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

Os ativos biológicos são reconhecidos apenas quando (i) a Empresa controla o ativo como consequência de acontecimentos passados, (ii) seja provável que fluirão para a empresa benefícios económicos associados ao ativo, e (iii) o justo valor ou o custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado. No caso de ser possível mensurar de forma fiável o justo valor, a Empresa regista o ativo pelo justo valor menos os custos estimados do ponto de venda. Quando tal não é possível, o ativo biológico é mensurado pelo custo de aquisição menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada (NCRF 17)

e) **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

i) <u>Dívidas de terceiros</u>

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii) <u>Empréstimos</u>

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a

comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e o Conselho de Administração pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

iii) Fornecedores e dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.
As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

iv) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor.

v) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

vi) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complemento de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsidio de alimentação, subsidio de férias e de Natal quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.
As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidos como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratadas de acordo com o anteriormente referido.

vii) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

viii) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

f) **Impostos sobre o rendimento do período**

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

g) **Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas**

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados no rubrica "Outros proveitos operacionais" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recetível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

h) **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.
O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para a comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para o Grupo e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.
O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.
O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (i) O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (ii) É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; (iii) Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; (iv) A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.
O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa se valorizado com fiabilidade.

i) **Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Fluxos de Caixa

A demonstração (consolidada) dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

A 31.12.2012, o saldo de caixa e de depósitos bancários decomponha-se da seguinte forma:

	31.12.2012	31.12.2011
Caixa:		
Caixa	700,00	550,00
	700,00	**550,00**
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem – C.G.D.	118.544,61	79.244,82
Depósito à ordem – C.A. FCOES	24,16	932,05
Depósito à ordem – C.A. Cauções	97.184.18	51.871,85
Depósito à ordem – Credito Agrícola	50.866,20	19.881,64
Depósito à ordem – C.G.D Cauções	265.051,44	188.697,32
	531.670,59	**340.672,66**
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	**532.370,59**	**341.222,66**

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelo registo contabilístico.

Nome do Acionista: Município de Penafiel (100%)

Incubadora Vale do Sousa: 65.000,00 €

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	10 - 20	6.25%
Equipamento básico	4 - 20	12.50%
Equipamento de transporte	3 - 6	25.00%
Equipamento administrativo	3 - 10	12.50%
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 15	20.00% -33.33%

d)/e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2012							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	TOTAL
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2011	2.500,00	12.583.502,33	879.986,20	180.114,47	113.382,33	4.569,15	63.229,73	13.827.284,21
Adições		4.194.586,24	112.923,02	16.816,39	6.017,20		8.641,56	4.338 984,41
Revalorizações								
Alienações								
Ativos detidos p/ venda								
Transf. e abates								
Saldo em 31.12.2012	2.500,00	16.778.088,57	992.909,22	196.930,86	119.399,53	4.569,15	71.871,29	18.166.268,62

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	TOTAL
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2011		2.250.332,89	433.462,67	179.675,36	96.914,46	3.716,07	48.775,25	3.012.876.70
Adições		1.005.473,81	100.923,93	1.790,72	9.748,94		1.978,87	1.119.916,27
Revalorizações								
Alienações								
Ativos detidos p/ venda								
Transf. e abates								
Saldo em 31.12.2012		3.255.806,70	534.386,60	181.466,08	106.663,40	3.716,07	50.754,12	4.132.792,97

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

8.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31.12.2012	31.12.2011
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	110.349.46	96.810,86
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso		

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

a) **Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço

9.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2012	31.12.2011
Vendas de bens		
Prestações de serviços	6.068.442.79	5.604.335,06
Juros		
Royalties		
Dividendos		
	6.068.442.79	5.604.335,06

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

A 31 de Dezembro de 2012, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição do subsídio	Natureza	Capitais próprios	Passivo	Demonstração dos resultados
POVT – Bacia Termas	Não reembolsável	158.716,74		158.716,74
POVT – Bacias de Rio Mau e Sebolido	Não reembolsável	30.482,41		30.482,41
POVT – Sistema Tâmega	Não reembolsável	2.848.197,58		2.848.197,58
PONORTE-Sistema Sousa	Não reembolsável	245.420,69		245.420,69
POVT – Bacia do Rio Cavalum e Sousa	Não reembolsável	71.801.05		71.801.05
TOTAL		**3.354.618,47**		**3.354.618,47**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo conselho de administração.
Não ocorreram nenhuns eventos subsequentes significativos após 31 de Dezembro de 2012 que requeressem ajustamento ou divulgação nestas demonstrações financeiras.

Os ativos de carácter ambiental foram todos adquiridos em exercícios anteriores, estando valorizados ao seu custo histórico. Não existem passivos desta natureza, efetivo ou potenciais, nem quaisquer riscos que justifiquem a constituição de provisões específicas. (DC 29)

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma clausula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).
Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a politica de mensuração não será alterada.

A 31 de Dezembro de 2012, a Empresa detinha um capital social de 6.000.000 ,00 euros

Gastos com pessoal	**31.12.2012**
Remunerações do pessoal	606.435,03
Encargos sobre as remunerações	90.951,34
Outros gastos	114.119,46
Total	**811.505,83**

A rubrica "outros gastos" inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguros e com a contratação de pessoal ao IEFP.

Não há dívidas ao Sector Público Estatal cujo pagamento esteja em mora.

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de Dezembro de 2012, é o seguinte:

	2012
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	5.277,45
Imposto sobre o Valor Acrescentado	(87.436,93)
Contribuições para a Segurança Social	12.663,97
Imposto Estimado	
	1.579,20
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	
Pagamentos por conta	(3.069,00)
Retenções na fonte	(151,97)
Total	(71.137,28)

Em 31 de Dezembro de 2012, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como se segue:

Banco/ Beneficiário	Descrição	Valor
BP	Combustível	4.000,00
CCDRN	Recuperação Ambiental	2.000,00
Estradas Portugal	Boa Execução Obra	51.000,00
Estradas Portugal	Boa Execução Obra	9.360,00
Estradas Portugal	Boa Execução Obra	9.900,00
Estradas Portugal	Boa Execução Obra	48.030,00
Estradas Portugal	Boa Execução Obra	235.200,00
Estradas Portugal	Boa Execução Obra	34.075,00
Estradas Portugal	Boa Execução Obra	7.500,00
Estradas Portugal	Boa Execução Obra	15.870,00
Estradas Portugal	Boa Execução Obra	81.330,00
Estradas Portugal	Boa Execução Obra	195.750,00
Estradas Portugal	Boa Execução Obra	5.000,00
TOTAL		**703.515,00**

As vendas e prestações de serviços em 2011 e 2012 distribuíram-se da seguinte forma:

	2012	2011
Vendas e Prestações de serviços:		
Mercado interno	6.068.442,79	5.604.335,06
Mercado externo		

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2005 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL

DE

CONTAS

SANTOS VAZ,TRIGO DE MORAIS
& ASSOCIADOS, SROC, LDª
SOCIEDADE REVISORES OFICIAIS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Penafiel Verde, EEM**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 20.762.676,2 euros e um total de capital próprio de 11.771.199,89 euros, incluindo um resultado líquido de 56.769,25 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de contas sob o nº 155 - Capital Social Realizado 10.000 euros - NIPC 504 096 664

R. Silva Brinco, 148 | 4465-263 S. Mamede Infesta | Telf. 229 039 371/72 | Fax 229 039 373 | Tlm. 93 903 93 71 | Email: geral@svtm.org

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Penafiel Verde, EEM** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

S. Mamede de Infesta, 13 de Março de 2013

SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por, João Manuel Trigo de Morais, ROC nº 881

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de contas sob o nº 155 - Capital Social Realizado 10.000 euros - NIPC 504 096 664